

João Colombo
Agrícola S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da
João Colombo Agrícola S.A.
Ariranha - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da João Colombo Agrícola S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da João Colombo Agrícola S.A. em 31 de março de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 23 de junho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027666/F



Giovani Ricardo Pigatto
Contador CRC 1SP263189/O-7

João Colombo Agrícola S.A.

Balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.790	1	Tributos a recolher		238	41
Contas a receber	6	4.752	913	Dividendos a pagar	9	4.812	207
		<hr/>				<hr/>	
Total do ativo circulante		20.542	914	Total do passivo circulante		5.050	248
		<hr/>				<hr/>	
Não circulante				Não Circulante			
Propriedade para investimento	13	419.924	363.361	Passivo fiscal diferido	8	100.758	83.730
Imobilizado	7	5.598	5.598			<hr/>	
		<hr/>				<hr/>	
		425.522	368.959	Total do passivo não circulante		100.758	83.730
		<hr/>				<hr/>	
				Patrimônio líquido			
				Capital social	9	129.176	122.697
				Reservas de lucros		15.491	665
				Ajustes de avaliação patrimonial		195.589	162.533
						<hr/>	
				Total do patrimônio líquido		340.256	285.895
						<hr/>	
Total do ativo		446.064	369.873	Total do passivo e patrimônio líquido		446.064	369.873
		<hr/>				<hr/>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Colombo Agrícola S.A.

Demonstração de resultados

Exercício findo em 31 de março de 2021 e período de 2 de dezembro de 2019 a 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita operacional líquida	11	21.134	895
Custo dos produtos vendidos		<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>21.134</u>	<u>895</u>
Despesas administrativas e gerais		<u>(235)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		<u>20.899</u>	<u>895</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	<u>(640)</u>	<u>(22)</u>
Imposto de renda e contribuição social		<u>(640)</u>	<u>(22)</u>
Lucro líquido do exercício/período		<u><u>20.259</u></u>	<u><u>873</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Colombo Agrícola S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de março de 2021 e período de 2 de dezembro de 2019 a 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro líquido do exercício/período	20.259	873
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>20.259</u>	<u>873</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Colombo Agrícola S.A.**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

Exercício findo em 31 de março de 2021 e período de 2 de dezembro de 2019 a 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Retenção de lucros			
Aporte de Capital de Acionistas - 02 de dezembro de 2019	1	-	-	-	-	1
Incorporação de parte do acervo líquido da Companhia Agrícola Colombo	122.696	-	-	162.533	-	285.229
Resultado do período	-	-	-	-	873	873
Reserva Legal	-	44	-	-	(44)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(208)	(208)
Reserva para retenção de lucros	-	-	621	-	(621)	-
Saldos em 31 de março de 2020	122.697	44	621	162.533	-	285.895
Distribuição de dividendos com reservas	-	-	(621)	-	-	(621)
Incorporação de parte do acervo líquido da Colombo Agroindustria	6.479	-	-	33.056	-	39.535
Resultado do exercício	-	-	-	-	20.259	20.259
Reserva Legal	-	1.013	-	-	(1.013)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.812)	(4.812)
Reserva para retenção de lucros	-	-	14.434	-	(14.434)	-
Saldos em 31 de março de 2021	129.176	1.057	14.434	195.589	-	340.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

João Colombo Agrícola S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de março de 2021 e período de 2 de dezembro de 2019 a 31 de março de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício/período		20.259	873
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa		-	-
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(3.839)	(913)
Tributos a recolher		197	40
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		16.617	-
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos pagos		(828)	1
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		(828)	1
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		15.789	1
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	5	1	-
No fim do período	5	15.790	1
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		15.789	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A João Colombo S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranha, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objetivo principal a gestão patrimonial das terras do Grupo Colombo e a parceria agrícola com a coligada Colombo Agroindústria S.A. visando o fornecimento de cana-de-açúcar para o Grupo. O Grupo Colombo tem como atividade principal industrialização de cana-de-açúcar para fabricação de açúcar, etanol anidro e hidratado e produtos afins e o seu controlador é a *holding* Angelina Colombo Participações S.A.

A Companhia foi constituída em 02 de dezembro de 2019 e nesta data, mediante Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas da Companhia contribuíram com um montante de caixa e equivalente de R\$ 1.081 (Hum mil e oitenta e um reais) que compôs o capital social.

O exercício social da Companhia se encerra em 31 de março de cada ano.

Em 31 de julho de 2020 a controladora Angelina Colombo Participações S.A aumentou o capital na Companhia mediante o aporte de parte da parcela cindida da Colombo Agroindústria S.A. O patrimônio aportado é representado pelas terras agricultáveis da Colombo Agroindústria S.A. O laudo de avaliação do acervo líquido contábil da Companhia, datado de 08 de julho de 2020, foi preparado por profissionais independentes que apuraram o valor patrimonial com base nas informações contábeis nesta data.

Segue abaixo o resumo do acervo líquido incorporado:

Ativo	31/07/2020	Passivo	31/07/2020
Imobilizado		Passivo Fiscal Diferido	
Terras	6.479	IRPJ e CSLL Sobre Mais valia	17.028
	<u>6.479</u>	Total Passivo Cindido	<u>17.028</u>
Imobilizado - custo atribuído			
Terras	50.084		
	<u>50.084</u>		
Total Ativo Cindido	<u>56.563</u>	Acervo Líquido	<u>39.535</u>

1.1 Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

Com o início da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) diversas medidas de isolamento social e prevenção foram estabelecidas por diversos países. A Companhia, preocupada em garantir o bem-estar a saúde e a integridade de seus colaboradores bem como a segurança e a continuidade de suas operações essenciais, implementou um plano de contingência com várias ações em todos os seus setores mantendo contato próximo com autoridades, fornecedores, clientes e demais partes interessadas nas atividades da Companhia, além de promover ações sociais nas comunidades às quais suas unidades estão inseridas.

A totalidade dos impactos da Covid-19 em todas as operações da Companhia, bem como em seus resultados, condição financeira e de fluxo de caixa são altamente incertos, por dependerem

de diversos elementos futuros que não podem ser previstas com razoável certeza no momento da divulgação dessas demonstrações financeiras. Neste contexto, apresentamos as principais ações tomadas pela Companhia na mitigação dos impactos da pandemia em todos os aspectos de sua operação.

(i) Premissa da continuidade operacional

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando o pressuposto de continuidade operacional de todos os seus negócios.

(ii) Estimativa de perdas com créditos

A Companhia avalia de forma constante os limites de crédito e o risco de *default* junto aos seus clientes. Nesse período de pandemia não foi identificadas questões relevantes de inadimplência e/ou dificuldades financeiras de seus clientes, o que faz com que a Companhia mantenha sua premissa de estimativa de perdas esperadas com créditos.

(iii) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia avaliou indicativos de uma perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e concluiu que não há indicativos de redução dos valores contábeis, visto que o valor em uso é significativamente superior ao seu valor contábil; também não houve mudanças significativas na base tributável dos principais tributos.

(iv) Liquidez

A Companhia, antes mesmo do início da pandemia, já mantinha a estratégia de gerenciamento financeiro de sua liquidez, através da manutenção do saldo de caixa e equivalentes de caixa. Nesta safra, a Companhia passou a manter em caixa recursos superiores ao apresentado na última safra e, além disso, aprimorou seus controles financeiros e está atualizando suas projeções semanalmente para garantir que o caixa não seja impactado de forma relevante.

(v) Compromissos contratuais

Nesta data não há execução nem contra e nem a favor da Companhia em relação aos seus contratos.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 23 de junho de 2021. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 04.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando

indicado de outra forma.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

a. Receita operacional

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto.

b. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia adota a tributação com base no lucro presumido, em regime de competência, para cálculo do imposto corrente. A base de cálculo para apuração do imposto de renda corresponde a 8% de suas receitas operacionais. Para a apuração da contribuição social sobre o lucro líquido, a base de cálculo representa 12% das referidas receitas. Sobre estas bases somam-se ainda as outras receitas operacionais (preponderantemente as receitas financeiras).

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes pelo regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As terras compreendem as fazendas onde são desenvolvidas as atividades agrícolas.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

d. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Instrumentos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;

- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. **Propriedades para investimento**

A propriedade para investimento é reconhecida pelo custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/03/2021	31/03/2020
Caixa e bancos	15.790	1
Total	15.790	1

6 Contas a receber de clientes

	31/03/2021	31/03/2020
Contas a receber - Mercado interno	4.752	913

A composição dos valores a receber por vencimento é a seguinte:

	31/03/2021	31/03/2020
Valores a vencer	4.752	913
Valores a vencidos	-	-
Total	4.752	913

7 Imobilizado

Movimentação de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021

	31/03/2021
Custo	
Outras Imobilizações	5.598
Total	5.598

Movimentação de 2 de dezembro de 2019 a 31 de março de 2020

Custo	31.03.2020
Outras imobilizações	5.598
Total	5.598

Bens dados em garantia

A Companhia cedeu em garantia de operações de crédito de sua coligada Colombo Agroindústria S.A. 13,1 mil hectares de suas terras.

8 Imposto de renda e contribuição social

Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e de passivos e seu respectivo valor contábil.

	31/03/2020	Incorporação	31/03/2021
Mais valia das propriedades agrícolas	83.730	17.028	100.758
Imposto diferido	83.730	17.028	100.758
	02/12/2019	Incorporação	31/03/2020
Mais valia das propriedades agrícolas	-	(83.730)	(83.730)
Imposto diferido líquido	-	(83.730)	(83.730)

Corrente

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes apurados com base no lucro presumido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que Companhia gera faturamento tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes retidos na fonte excedem o total devido na data do balanço.

A Companhia é optante pela tributação de seu resultado com base no lucro presumido, e, portanto, não registra tributos diferidos sobre diferenças temporárias, exceto sobre a mais valia das propriedades agrícolas incorporadas no decorrer do exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2020.

Segue abaixo o resumo da apuração do Imposto de renda e da Contribuição social sobre o Lucro líquido no exercício.

	31/03/2021	31/03/2020
Receita bruta de vendas	<u>21.569</u>	<u>913</u>
Base de cálculo do imposto de renda (8%)	1.726	73
Base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido (12%)	2.588	110
Outras receitas operacionais	-	-
Total de base de cálculo do imposto de renda	1.726	73
Total de base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido	2.588	110
Imposto de renda (15%)	257	11
Adicional imposto de renda (10%)	153	1
Contribuição social sobre o lucro líquido (9%)	231	10
Total	640	22

9 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2021, o capital social está representado por 129.175.920 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A controladora final da Companhia é a Angelina Colombo Participações S.A. com 98,2% das ações.

Em 31 de julho de 2020 houve aporte de capital social pela Angelina Colombo Participações S.A. com parte do acervo cindido da Colombo Agroindústria S.A., no montante de R\$ 6.479, sem a emissão de novas ações.

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de março de 2021, a reserva acumulada é de 1.057.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia recebeu parte do acervo líquido da Companhia Agrícola Colombo S.A. em 31 de dezembro de 2019 o qual havia custo atribuído (*deemed cost*) reconhecido como previsto no Pronunciamento Técnico - CPC 27 e Interpretação Técnica - ICPC 10.

Adicionalmente, ainda como fruto da incorporação pela Companhia de parte do acervo cindido da Colombo Agroindústria S.A., em 31 de julho de 2020 foi adicionado a conta de ajuste de avaliação patrimonial o montante de R\$ 33.056.

d. Distribuição de lucros

A distribuição de dividendos, conforme a legislação societária, os acionistas têm direito ao mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, isso após a destinação das reservas.

	31/03/2021	31/03/2020
Lucro líquido do exercício	20.259	873
(-) Reserva legal	<u>(1.013)</u>	<u>(44)</u>
Base para cálculo	19.246	829
Percentual sobre o lucro líquido	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Dividendo mínimo obrigatório	<u>4.812</u>	<u>207</u>

Em assembleia realizada em 09 de julho de 2020 os acionistas deliberaram pela distribuição de dividendos complementares referente ao exercício findo em 31 de março de 2020 no valor de R\$ 621.

10 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil

	Valor contábil	
	31/03/2021	31/03/2020
Ativo pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	15.790	1
Contas a receber	<u>4.752</u>	<u>913</u>
Passivo pelo custo amortizado		
Dividendos à pagar	<u>4.812</u>	<u>207</u>

De acordo com as características dos instrumentos acima apresentados, seus valores justos se aproximam dos seus respectivos valores contábeis.

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e o gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e pela supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimentos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Para os exercícios findos em 31 de março de 2021 e 31 de março de 2020, a exposição da Companhia ao risco de crédito está atrelada integralmente a sua parte relacionada Colombo Agroindústria S.A.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito proveniente do caixa e equivalentes de caixa é atenuado pelo fato de a Companhia manter seus saldos com bancos e instituição financeira consideradas tradicionais no mercado.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como o índice de preço do Conselho dos Produtores de Cana-de-Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo – CONSECANA/SP utilizado para a valorização da cana-de-açúcar e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

11 Receitas operacionais líquidas

	31/03/2021	31/03/2020
Receita bruta		
Cana	21.569	913
	<u>21.569</u>	<u>913</u>
Deduções		
(-) Impostos sobre vendas	(435)	(18)
Receita líquida	<u><u>21.134</u></u>	<u><u>895</u></u>

12 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração da Companhia é composto pela Diretoria eleita bianualmente por ocasião da Assembleia Geral Ordinária. A Companhia não concede ao pessoal chave da administração benefícios com características de curto e longo prazo. No exercício findo em 31 de março de 2021 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo no montante de R\$ 96 (R\$ 24 no período de 02 de dezembro de 2019 a 31 de março de 2020) contabilizados na rubrica “Despesas administrativas”.

b. Transações

As transações entre partes relacionadas da Companhia restringem-se a parcela dos frutos que cabem à Companhia pela exploração agrícola conjunta com a Colombo Agroindústria S.A. (parceria agrícola). Seguindo as mesmas condições de mercado conforme preços divulgados pelo Conselho de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo CONSECANA - SP.

A totalidade das receitas do exercício é decorrente de transações com partes relacionadas.

c. Principais saldos e transações que afetaram o resultado

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2021, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, decorrem de transações de venda de cana para partes relacionadas, e foram realizadas em condições definidas entre as partes.

	Ativo		Resultado	
	31/03/2021	31/03/2020	31/03/2021	31/03/2020
Ativo circulante				
Contas a receber				
Colombo Agroindústria S.A.	4.752	913		
Receita operacional líquida				
Colombo Agroindústria S.A.			21.134	895
	4.752	913	21.134	895
	4.752	913	21.134	895

13 Propriedades para investimento

	01/04/2020	Incorporação	31/03/2021
Terras	363.361	56.563	419.924
Total	363.361	56.563	419.924
	01/04/2019	Incorporação	31/03/2020
Terras	-	363.361	363.361
Total	-	363.361	363.361

Propriedades para investimento refere-se a terras que são utilizadas em conjunto com a parte relacionada Colombo Agroindústria S.A. para a produção de cana-de-açúcar. Referida operação é realizada na modalidade de Parceria Agrícola. O atual contrato de parceria tem vigência de 20 anos. O valor justo das propriedades para investimento em 31 de março de 2021 é de R\$ 558.936 (R\$ 548.309) em 31 de março de 2020).

* * *

Composição da Diretoria e do Conselho de Administração

Diretoria

Renato Cesar Colombo
Anderson Roberto Travagini

Conselheiro

Sergio Augusto Colombo
Flavio Eduardo Colombo
Marcio Benedito Colombo
Carlos Augusto Colombo
Carlos Roberto Colombo
José Luiz Colombo
Fredy Assis Colombo

Contador

Marco Aurélio Belotti
TC CRC 149.826